

VICTOR VINCENT VALLA (1937-2009)
Entre a academia e a rua

Desde a experiência inicial em Angicos, nos primeiros meses de 1963 (Lyra, 1997), a educação popular formulada por Paulo Freire consistiu num método de educação de adultos como parte de um programa mais amplo de mobilização popular. Este método de construção de uma nova consciência social implicava solidariamente educadores e educandos num processo educativo e político de tal modo que o homem do povo pudesse assumir-se enquanto sujeito da transformação de sua vida e, portanto, da sociedade que em parte a determinava. Mas no Brasil, depois do golpe militar e do exílio do autor, em virtude da repressão dos movimentos de educação popular, substituídos pela ditadura com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), a

“... educação popular mudou de um trabalho político junto ao povo, através da alfabetização, para um trabalho político com o povo, sem a alfabetização.” (Brandão, 2006, 90).

Essa mudança se deu na segunda metade dos anos 1970, nas cidades e no campo, com a emergência das primeiras manifestações de oposição popular à ditadura militar. As próprias instituições acadêmicas abriram-se para pensar essas manifestações e abrigaram intelectuais e pesquisadores de oposição. É nesse contexto que Victor Vincent Valla, então um recém doutor em História Social, ingressou na Universidade Federal Fluminense. Isso aconteceu em 1975. Dois anos depois transformava a educação popular – denominada “não-formal e extra-escolar” – em objeto de pesquisa no Instituto Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (IESAE-FGV) “dentro de uma perspectiva histórica” e reconhecendo que lidava com as formas de educação para ou com as “camadas populares”, conforme suas próprias palavras (Valla, 1986, 11). Estabelece-se nesse momento o elo vital entre a academia e a rua que iria caracterizar a trajetória desse professor e pesquisador de origem americana, aportado em terras brasileiras imediatamente após o golpe de 1964. Isso porque, em 1977, ao lado de seu trabalho como pesquisador do IESAE, Valla atuava como professor de ensino supletivo numa favela em Santa Teresa e colaborador da reconstrução da Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro – FAFERJ.

Para ele, a educação popular numa perspectiva de transformação social, como o método de Paulo Freire era uma contraproposta inserida “num campo previamente

delimitado pela expansão e consolidação do capitalismo” (idem, 18). Em outros termos, Valla acentuava a importância tanto das determinações estruturais, como das tentativas de superá-las. A influência do marxismo recebida de seus próprios alunos de língua inglesa no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em São José dos Campos, onde trabalhou entre 1967 e 1973 e a formação como historiador nos cursos de mestrado e doutorado em História Social da USP (Especial Victor Valla, 2006), na qual se destaca a leitura de Edward Carr (O que é História?), o conduziu ao permanente exame das práticas sociais nos contextos sociais em certo momento histórico. É notável, em tais análises, a perspectiva de cientistas sociais como José Álvaro Moisés e Lucio Kowarick, preocupados em entender o papel das políticas públicas na dinâmica do desenvolvimento capitalista e na reprodução da força de trabalho em países periféricos como o Brasil.

A primeira sistematização desse estudo em *Educação e favela* já contém o leitmotiv de sua pesquisa. É interessante neste sentido assinalar que Valla parafraseou o urbanista inglês John Turner, quando de sua visita a conjuntos habitacionais e a favelas cariocas, em 1968. Naquela ocasião, disse: “Mostraram-me soluções que são problemas e problemas que são soluções” (Silva e Tângari, 2003). Para Valla, favela era uma solução de um problema. A pobreza, sim, era (e continua a ser) o problema.

A abordagem da pobreza se deu por meio da Educação e Saúde, um campo interdisciplinar no qual se manteve até o final da vida, na qualidade de professor e pesquisador do Mestrado em Educação da Universidade Federal Fluminense e da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP). A opção de Valla nos processos de intervenção social foi a de entender a educação como “finalidade” e a saúde como “meio”, uma diferença importante identificada por Antonio Ivo de Carvalho e que Estrella Bohadana classificava em duas vertentes: uma caracterizada pelos projetos autônomos, orientados para a mobilização e organização das comunidades, apoiados pelas comunidades eclesiais de base, e a segunda por privilegiar a extensão da assistência médica, principalmente sob a influência do Partido Comunista Brasileiro, dava maior peso ao papel do Estado. A escolha de uma ou outra forma de intervenção trazia “implícita a problemática da manutenção ou da mudança social” (Stotz, 2005, 15-16).

A vinculação à primeira vertente era anterior ao ingresso de Valla na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), em 1984. Ao se debater, contudo, na interlocução com os colegas da ENSP, com a importância atribuída ao papel do estado no combate da doença, dado o tecnicismo e autoritarismo entranhados na cultura e práticas

institucionais do setor saúde, viu-se na contingência de reelaborar a concepção anterior. Como não podia deixar de ser, por ser o resultado de uma aprendizagem na intervenção social, a abordagem da educação popular elaborada por Valla no setor da saúde acompanhou as possibilidades e limites desse processo do ponto de vista conjuntural e institucional.

Carvalho, Acioli e Stotz (2001) denominam esta abordagem de construção compartilhada de conhecimento em saúde, uma metodologia que tem uma “história” cujo sentido geral é, no seu entendimento, o de incorporar a experiência e o saber das classes populares em suas demandas junto ao Estado de modo a favorecer-lhes maior poder e intervenção sobre as condições de suas vidas.

É importante destacar o caráter coletivo da construção desta abordagem, com a criação do Núcleo de Educação, Saúde e Cidadania (NESC) da ENSP (1986-2004), estruturado em torno do projeto de título homônimo e, principalmente, do Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina (CEPEL), entidade não governamental com atuação nas favelas da Penha (1988-2006) que teve como presidente Vitor Valla e uma grande equipe de pesquisadores oriundos dos cursos de pós-graduação nos quais Valla atuava como orientador acadêmico. Eram pesquisadores comprometidos, de diferentes formas, com os movimentos populares e a luta contra a opressão social (Valla e Stotz, 1993).

O projeto Educação, Saúde e Cidadania tinha um objetivo especificamente político, a saber: buscava oferecer subsídios tanto às organizações civis de caráter popular, para dar consistência técnica às suas reivindicações, como aos planejadores do setor saúde, de modo a promover a adequação dos serviços, ao atendimento das necessidades da população e a “implementação de propostas oriundas do movimento social” (Carvalho, Acioli e Stotz, 2001, 105).

O CEPEL materializou o elo da academia (NESC) com a rua por meio de um instrumento periódico, o boletim trimestral *Se Liga no Sinal*. O boletim surgiu como uma decorrência do movimento *Se Liga Leopoldina, o Dengue Está Aí*, defesa civil popular em resposta à negativa das autoridades sanitárias admitir e enfrentar a epidemia de dengue na região, principalmente nas favelas da Leopoldina, no final de 1990. É interessante lembrar que o boletim apropriou-se da idéia do jornal como um “organizador coletivo” formulada por Lênin para dar ao Iskra ("A Centelha"), o primeiro periódico político marxista ilegal de toda a Rússia, a tarefa de unificar, entre 1900 e 1903, os círculos operários mediante a recepção de denúncias e sua análise pelo grupo redator. De fato, a pauta do boletim era discutida pela equipe do CEPEL com

participantes de entidades populares, sobretudo das mulheres do grupo Sementinha que faziam a distribuição do jornal nas favelas e captavam os sinais das dificuldades da vida e de sua lida pelas classes populares. De seu lado, elas também avaliavam a recepção do boletim, contribuindo para adequá-lo à experiência do mundo daquelas classes.

A metodologia da construção compartilhada do conhecimento – de que a elaboração do boletim foi uma expressão amadurecida ao longo de vários anos – supunha a possibilidade de reduzir a hierarquia dos saberes científico-técnico e popular ao mínimo mas nunca teve a pretensão de superar a desigualdade vigente na sociedade reverberada no interior até mesmo de uma organização como o CEPEL.

Pode-se dizer que o agravamento da pobreza no contexto do desemprego e da violência generalizada nas favelas da região da Leopoldina, onde esta entidade atuava, ao longo dos anos 1990, ao trazer à tona o fenômeno do crescimento do pentecostalismo, obrigou a criar novos procedimentos metodológicos. A necessidade advinha da tentativa de responder a pergunta: “por que os pobres vão à Igreja?”, com o que já se admitia a religiosidade como um caminho para resolver problemas sociais apontados, particularmente desorganizadores em situações de pobreza, com o sofrimento difuso daí decorrente. (Lima e Valla, 2003).

Sem deixar de identificar os determinantes mais amplos dessa situação de pobreza e o impacto das políticas neoliberais no Brasil (Valla, 1995), para entender em profundidade o significado do fenômeno, seria necessário dispor de uma observação participativa no fenômeno, com a invenção de novos métodos. A proposta e o funcionamento da Rede de Solidariedade da Leopoldina, sustentada do ponto de vista organizativo pelo CEPEL e pelo Núcleo de Estudos Locais em Saúde (ELOS) da ENSP, a partir de 2000, acabou por tomar forma no projeto “Vigilância civil da saúde: uma proposta de Ouvidoria Coletiva”, experiência que inclusive recebeu o Prêmio Antonio Sérgio Arouca de gestão participativa. (Guimarães et al., 2008; Lima e Stotz, 2009). Aliás a Ouvidoria Coletiva foi a proposta de Valla para a Rede de Educação Popular e Saúde quando esta organização se dispôs, em março de 2003, a apoiar o novo Ministério da Saúde no primeiro governo de Luis Inácio (Lula) da Silva.

A separação entre a sociedade civil e as práticas populares, notável no esvaziamento das associações de moradores como consequência da nova conjuntura, também percebida por Valla e o grupo de pesquisadores nucleados em torno do novo projeto, foi interpretada nos termos de uma “crise de compreensão” entre profissionais dos serviços públicos de educação e saúde e as pessoas das classes populares. O ponto

central desta crise era a incapacidade dos profissionais relativizarem seu ponto de vista prévio ao admitir que essas pessoas fossem capazes de construir um conhecimento e, pois, de entender e agir sobre sua própria realidade, inclusive no tocante ao processo de adoecimento e cura.

A sistematização dessas reflexões e iniciativas deu origem ao livro *Para compreender a pobreza no Brasil*, o primeiro de uma coleção denominada “A academia e a rua”. A pobreza nunca foi vista exclusivamente como situação ou uma condição decorrente do desenvolvimento capitalista periférico no Brasil. A situação de pobreza era entendida como ponto de partida de uma “lida” que, numa conjuntura de mobilização popular, favorecera a ação coletiva e a ampliação da sociedade civil de caráter popular, noutra, de descenso e de fragmentação, reconduzira ao estreito caminho por onde historicamente as pessoas comuns do povo sempre passaram: o mundo da religiosidade, da fé baseada na solidariedade e na resistência, ainda que nos limites do campo religioso.

Todo esse processo sempre foi visto em sua dimensão educativa, como um modo de ensino e de aprendizagem não-formal e, portanto, como uma forma de conhecimento social. Pois uma “lida” requer necessariamente saber e sua aplicação e ou revisão nas circunstâncias, tem de contemplar de alguma forma uma visão sobre a sociedade e seu funcionamento para identificar as possibilidades de superar a pobreza e de aprender os sentidos das tentativas bem ou malogradas.

Valla esclareceu que a opção de estudar o pentecostalismo – era necessário defender-se das incompreensões, principalmente de que estaria interessado, do ponto de vista acadêmico, na espiritualidade – advinha do “entendimento de que é nesse movimento religioso que a centralidade da pobreza se dá de forma mais radical”, de onde decorria também a importância atribuída ao termo “conversão” (Vasconcelos; Algebaile; Valla, 2008, 331). Sua análise, baseada em Cesar e Shaull (*Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs*, 1999), o conduziu a compreender a conversão pentecostal de pessoas, em sua maioria anteriormente católicas ou participantes de cultos afro-brasileiros, como parte do enfrentamento da questão da pobreza. A contribuição trazida pelo teólogo Richard Shaull para o equacionamento desta questão no âmbito da Educação Popular consistia na “idéia de que a conversão é um movimento de descentramento”, válido principalmente para as classes médias, “habitadas a entender, sua experiência como central, e a deduzir disso, de um lado, sua autoridade e capacidade de dispor sobre os problemas do mundo, e, de outro, a permanente

minoridade política e cultural das classes populares para disporem sobre as questões que afetam suas vidas” (idem, 332).

Para fortalecer seu ponto de vista incorporou tanto a reflexão de Milton Santos (*O espaço do cidadão*, 1996) “sobre o conjunto de saberes práticos e valores produzidos às margens dos padrões de vida das classes médias, pelos imensos segmentos da população submetidos á experiência da escassez” (idem, 332), como a de Simone Weil, ao trazer a fadiga e, pois, o trabalho, como um tema central para entender o comportamento das classes populares (Valla, 1995). Ficava em aberto, como um limite da teoria dada pela realidade brasileira em que ainda vivemos, o problema da politização dessa nova experiência humana para além dos limites da dominação burguesa e das tentativas de conciliação de classes.

A problematização do termo ‘conversão’ a partir do campo religioso não foi o último texto escrito em vida, no meio da esperançosa luta e ilusão fecunda por retomar os movimentos do corpo atingido pelo acidente vascular cerebral em 2001. Dedicava-se inclusive a finalizar uma coletânea de seus trabalhos com o apoio de Eveline Algebaile, quando faleceu, no dia 7 de setembro de 2009. O título provisório desta publicação póstuma define o sentido da vida de Victor Vincent Valla: *Para compreender as classes populares no Brasil*.

Bibliografia

Guimarães, Maria B. et al. Os impasses da pobreza absoluta: a experiência da ouvidoria Coletiva na região da Leopoldina. *Ciência & Saúde Coletiva* (online), v. 1, 514, 2008.

Brandão, Carlos Rodrigues. *O que é método Paulo Freire*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006. 120 p.

Carr, Edward Hallet. *O que é história*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989. 159 p.

Carvalho, Maria Alice P de; Acioli, Sonia; Stotz, Eduardo N. O processo de construção compartilhada do conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular. In: Eduardo M Vasconcelos (org.) *A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da Rede de Educação popular e Saúde*. São Paulo: Hucitec, 2001. pp 101-114.

Especial Victor Valla: uma vida dedicada a entender os pobres. Entrevista concedida a Ricardo Valverde, março de 2006. Disponível em <http://www.fiocruz.br/ccs> Acesso em 14 de setembro de 2009.

Lima, Carla M P e Valla, Victor V (org). Conhecendo a região da Leopoldina: religiosidade popular e saúde. Rio de Janeiro: ENSP, 2003. 36 p.

Lima, Carla M. P. e Stotz, Eduardo N. Ouvidoria Coletiva: uma proposta de participação e diálogo. *Tecnologias de Educação e Saúde* (no prelo), 2009, v. , p. -.

Lyra, Carlos. As quarenta horas de Angico. *Educação & Sociedade*, ano XVIII, nº 59, 389-393, agosto 1997.

Silva, Jonathas M P da e Tângari, Vera Regina. Ensinar os cegos a “ver”: a crise urbana no Brasil. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Arquitetos/IAB/RJ*. Maio de 2003. Disponível em: http://www.fau.ufrj.br/prologar/arq_pdf/diversos/artigos_vera%20tangari/CBA-2003-Magalhaes-Tangari.pdf Acesso em 19/10/2009.

Stotz, Eduardo N. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 3 n. 1, p. 9-30, 2005.

Valla, Victor V. Apresentação e Repensando a educação popular e a favela. In: Victor V Valla (org). *Educação e favela*. Petrópolis: Vozes, 1986. pp 11-14 e 15-27.

Valla, Victor V. Participação popular e informação numa conjuntura de nova ordem mundial. In: Francisco J Mercado Martínez e Leticia Robles Silva (comp.) *La medicina al final Del milenio*. México, DF: Universidade de Guadalajara, 1995. pp 181-199.

Valla, Victor V. e Stotz, Eduardo N. (orgs). *Participação popular, educação e saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: relume-dumará, 1993. 160 p.

Valla, V V; Stotz, E N; Algebaile, E (orgs.). *Para compreender a pobreza no Brasil*: Rio de Janeiro: Contraponto/escola de Governo em Saúde-ENSP, 2005. 207 p.

Vasconcelos, Eymard M; Algebaile, Eveline; Valla, Victor V. Victor Vincent Valla: pioneiro da pesquisa e formação acadêmica no campo da educação popular e saúde. *Revista de Atenção primária a Saúde*, v.11, n.3, p.326-333, jul/set 2008.